

INCLUSÃO E ENSINO DE HISTÓRIA: ESTRATÉGIAS PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

Érica Margas Cima¹

Vanessa Fronza²

Ana Maria Dyniewicz³

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar conhecimentos e estratégias didático-pedagógicas utilizadas por professores para ensinar História aos alunos com Síndrome de Down (SD). Foi realizada pesquisa de abordagem qualitativa com cinco professores que ministram a matéria de História e que lecionem para alunos com SD. A pesquisa se desenvolveu entre agosto de 2012 e agosto de 2013 na cidade de Curitiba. Dentre os principais resultados, destacam-se: é esperado pelos professores maior lentidão do processo de desenvolvimento mental causada pela síndrome e este é um desafio para a compreensão da História, que exige análise e associação de conceitos, além do pensamento abstrato próprio da disciplina; para os professores a experiência pedagógica com alunos com SD é recente; a insuficiência de material de pesquisa sobre ensino de História ao aluno com SD faz com que a prática docente nem sempre seja orientada por base científica, mas sim por intuição e tentativa – erro; falta capacitação de docentes para educação especial; há falta de compartilhamento de experiências e interação social entre os alunos; os professores responderam que os pais participam ativamente das atividades escolares; para os professores, o gestor tem papel de garantir os meios para a aprendizagem desses alunos, embora isto nem sempre aconteça. A inclusão se torna ineficiente quando não trabalhada em todos os âmbitos necessários para a real participação dos indivíduos na sociedade, por isso a gestão de uma escola inclusiva deve se preocupar com a questão da interação social dos alunos, pois é socialmente que se aprende.

Palavras-chave: Ensino superior. História. Síndrome de Down.

¹ Autora.

² Autora.

³ Coautora, orientadora. *E-mail:* anadyni@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Hoje a inclusão é uma realidade dentro das escolas brasileiras, seja no ensino público ou particular. A educação inclusiva é aquela que acolhe todas as pessoas, em que há interação com o outro, diferente de uma mera aglomeração, onde apenas se divide o mesmo espaço (MANTOAN, 1989, p. 36).

A ação de integrar a pessoa com necessidades especiais à sociedade é uma tendência relativamente moderna, uma vez que, durante séculos, eles foram propositalmente separados dos outros. De acordo com Foucault (1999), na obra *Vigiar e Punir*, nos séculos XVII e XVIII eram construídos espaços destinados a agrupar essas pessoas, como os próprios manicômios. Partindo desse pressuposto desagregador, foram instituídas escolas de Educação Especial que atendessem especificamente os alunos com necessidades especiais, com o intuito de que eles aprendessem junto a seus pares e não sofressem preconceitos. Atualmente, as políticas públicas têm visado à integração dos alunos especiais em escolas regulares, com um objetivo de mão-dupla: almeja-se tanto a proposta de que eles participem ativamente da sociedade, como também que se promova a aceitação perante o grupo, estimulando a diminuição do preconceito desde a entrada na escola.

Apesar de ser legalmente instituída, a inclusão não é tão simples quanto propõe a lei. Ela ainda representa um grande desafio para professores, alunos e gestores. Por outro lado, voltada para a formação de indivíduos críticos, o ensino de História para alunos de inclusão torna-se complicado se levarmos em conta que muitos deles não possuem uma noção de alteridade, ou seja, têm dificuldades para estabelecer relações com outras culturas e mesmo temporalidades, visto que isso é essencial para a formação ou entendimento do processo histórico.

A Síndrome de Down é caracterizada pela trissomia do cromossomo vinte e um, que traz consigo algumas especificidades biológicas, as quais acarretam alguns atrasos no desenvolvimento mental. Porém, deve-se considerar que a síndrome não é responsável pela formação psicológica do indivíduo, portanto não existem estruturas que permitam a padronização para este aspecto humano: “Fica claro que os indivíduos com SD, assim como os indivíduos sem alteração cromossômica, apresentam grandes diferenças em seu desenvolvimento, comportamento e personalidade” (VOIVODIC, 2011, p.42).

A partir dos desafios da apreensão de conceitos de temporalidade e alteridade, os professores de História podem utilizar com esses alunos diferentes estratégias que estimulem as capacidades cognitivas de seus alunos. Diante do exposto, esta pesquisa objetivou identificar conhecimentos e estratégias didático-pedagógicas utilizadas por professores para ensinar História aos alunos com Síndrome de Down.

1 METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa de abordagem qualitativa, que contou com professores que ministrassem a matéria de História e lecionassem para alunos com Síndrome de Down, incluídos na rede regular de ensino nas séries pertencentes ao Ensino Fundamental II ou Ensino Médio.

Considerando o diminuto número de professores que se disponibilizaram a responder o instrumento de pesquisa, optamos pela não diferenciação entre rede pública e privada. Os dados foram coletados entre agosto de 2012 e agosto de 2013, na cidade de Curitiba. O instrumento de pesquisa foi um questionário com perguntas divididas em cinco categorias: identificação da amostra; formação profissional; relação do professor com a inclusão de alunos com Síndrome de Down; especificidades da disciplina da História; gestão escolar e sua relação com a inclusão.

Foi solicitada junto à direção dos colégios participantes a autorização de realização da pesquisa, bem como dos professores participantes. Foram apresentadas informações acerca do estudo, como objetivos, orientadora responsável e telefone das pesquisadoras para contato. Ademais, foi enfatizado que as informações seriam usadas apenas para fins de pesquisa e não serão fornecidas a terceiros. Por fim, não citamos os nomes dos colégios, dos participantes envolvidos, tampouco de seus alunos com Síndrome de Down, foco da pesquisa.

Depois de transcritas, as respostas foram organizadas para análise com a literatura. Houve transcrição *ipsis literis* das respostas dadas pelos professores, agrupando-as em categorias por meio de análise de conteúdo.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os cinco professores que responderam o questionário, quatro eram do sexo feminino e um do sexo masculino, um estava na faixa etária dos 26, dois na faixa etária de 30 anos, um na de 40 anos e um na faixa etária acima de 60 anos. O tempo de trabalho de cada professor na escola era de menos de 5 anos para dois deles, de 6 a 10 anos para um e de 11 a 20 anos para dois professores.

Das escolas onde trabalhavam durante a aplicação do questionário, dois eram da rede privada, e três eram da rede estadual de educação.

Entre os cursos de graduação, três eram formados em História, um em Psicologia e um em Filosofia. O tempo de formação variou entre 5 a 10 anos para dois professores, de 11 a 15 anos para outros dois e de 16 a 20 anos para um. Percebemos que o tempo

de formação dos professores pode ter influências em sua prática cotidiana em sala de aula, devido às experiências adquiridas, além disso, no questionário constavam perguntas sobre realização de pós-graduações, pois trabalhar com inclusão ou com educação em geral requer constantes reatualizações e busca de aperfeiçoamento profissional, explica Macedo (2007, p.13):

Vamos precisar estudar o que antes estávamos dispensados de estudar, vamos ter que aprender técnicas nas quais antes não precisávamos pensar, vamos ter que aprender a ver mais devagar quando estávamos acostumados a ver numa certa velocidade, vamos ter que aprender a ouvir sem audição, a acompanhar em um ritmo mais rápido quando estávamos acostumados a um ritmo mais lento. Vamos ter que rever nossas expectativas de professores, rever as nossas formas de avaliar, de aprovar, de reprovar. Vamos ter que melhorar a nossa condição de trabalho.

A partir desta necessidade de buscar mais conhecimentos para aprimorar a prática de ensino, os professores apresentavam ao menos um curso de pós-graduação, três com especialização, destes, dois em História e um em Educação Especial, e outros dois com Mestrado, um em História e um em Educação.

Questionados há quanto tempo trabalham com alunos de inclusão, apenas um professor respondeu um período entre seis a dez anos. Os outros quatro professores trabalham com inclusão há menos de cinco anos, revelando que, apesar de todos terem se formado há mais tempo, a vivência com a inclusão é bem recente.

Sobre limitadores da prática pedagógica, os professores expuseram dificuldades no ensino de História aos alunos com Síndrome de Down (SD), o que era esperado devido à maior lentidão do processo de desenvolvimento mental causada pela síndrome:

Professor 1: Não tem a compreensão da linha do tempo, do antes e depois, bem como a permanência das coisas nos fatos históricos.

Professor 2: Principalmente reter informações e relacionar fatos históricos do passado com o presente.

Professor 3: Falta sequência lógica no raciocínio deles para compreender a história.

Professor 5: Em relação a outros alunos, dificuldade de abstração compreensão de conceitos.

Os maiores desafios dos professores são lidar com a compreensão dos conceitos e do pensamento abstrato (OLIVEIRA e SILVA, 2010). De acordo com Rüsen (2010, p.79), a aprendizagem histórica “é a consciência humana relativa ao tempo, experimentando o tempo para ser significativa, adquirindo e desenvolvendo a competência para atribuir significado ao tempo”. Por isso, os alunos com SD podem apresentar maiores dificuldades para formular estruturas conceituais.

O conceito da alteridade é essencial para a compreensão da História, uma vez que essa disciplina trata de povos diferentes, dos conflitos gerados entre culturas distintas e da formação da identidade na qual certo grupo se reconhece a partir de sua diferenciação dos outros (SCHNEIDER, 2013). A pergunta feita sobre alteridade obteve as seguintes respostas:

Professor 1: Sim, conforme já expliquei o Down não faz essa relação.

Professor 4: Tudo depende do comprometimento de cada aluno, não podemos nivelar a compreensão, pois eles são atendidos cada um nas suas limitações.

Professor 5: Sim, posto que entender a alteridade envolve uma abstração a respeito dos hábitos, práticas e pensamento do “outro”.

Além do pouco esclarecimento dado pelos professores sobre alteridade, um aspecto que torna mais difícil seu reconhecimento pelos alunos com Síndrome de Down é o afastamento de uma tomada de consciência de si mesmo. Sem essa identificação própria e de pertencimento a um determinado grupo, com cultura e normas sociais peculiares, o aluno com SD terá mais problemas ao defrontar-se com outros tipos de meios culturais, principalmente se à sua caracterização for adicionada uma longa distância temporal.

Para contornar ou mediar esta complicada relação com o ensino de História, questionamos sobre a adaptação das atividades e as estratégias para otimizar o aprendizado do conteúdo:

Professor 1: Sim, são feitas atividades simplificadas. Tal como representações lúdicas em vez de escrita, ou seja se os alunos fazem perguntas e respostas ele desenha.

Professor 2: Sim. As atividades também precisam ser adaptadas, destacando-se as informações mais importantes em textos, por exemplo. O currículo também é adaptado e a aplicação das avaliações é feita individualmente e com a leitura do professor.

Professor 5: Procura-se trabalhar com recursos alternativos aos que são utilizados com o restante dos alunos, como vídeos, imagens, atividades, diferentes também (desenhos, associações etc.)

Portanto, todos os professores trabalham com adaptação de atividades, apesar de o fazerem de diferentes maneiras, de acordo com o que sentem que o aluno com SD terá mais traquejo. Entretanto, a adaptação da atividade é feita pelo professor e coordenação, e o aluno aparentemente a segue alheio a este processo. De acordo com Pan (2011), os estudantes obtêm melhores resultados quando são comunicados dos objetivos que pretendemos que eles alcancem, que conteúdo será trabalhado e como ele pode se desenvolver centrado em uma unidade, sem pontas soltas.

Sobre estratégias que podem ser utilizadas para o ensino de História. As respostas dadas pelos professores foram as seguintes:

Professor 2: Atenção individualizada, relacionar os fatos históricos com imagens e vídeos. Marcar no texto as informações mais importantes.

Professor 4: Trabalhamos com tutoras em sala de aula, adaptações de conteúdos como: textos especiais, imagens, documentários, entre outros recursos.

Professor 5: De forma limitada dada a ausência de uma capacitação e de recursos materiais, tenta-se trabalhar “intuitivamente” com aquilo que se sente que o aluno é capaz de aprender (imagem, narrativa sobre a vida de personagens do passado etc).

Está arraigado no senso comum sobre o trabalho com alunos com Síndrome de Down o fato de que eles precisam copiar para aprender. Copiar textos nos quais os estudantes muitas vezes nem prestam atenção ou sequer releem pode denotar um aprendizado que não foi efetivo:

O desenvolvimento cognitivo do portador de Síndrome de Down se mostra usualmente marcado por concepções tradicionalmente estabelecidas e sedimentadas, que acabam por assumir o caráter de inquestionáveis, balizando as perspectivas e práticas adotadas nos procedimentos de reabilitação e na educação familiar e escolar (BISSOTTO, 2005, p.80-81).

Analisando as respostas dadas pelos professores, percebemos a ausência de alguns aspectos que também poderiam ser usados como estratégias de ensino. O primeiro é a desconsideração quanto ao próprio contexto do qual parte o aluno para adquirir e reformular conhecimentos e ao seu próprio interesse em pesquisar o conteúdo por sua conta. Não devemos perpetrar a ideia de que nosso papel de professor é transmitir ao educando tudo que ele necessita, recorrendo a um registro passivo e não à construção, pois dessa forma o aluno não desenvolve o que acrescenta de si mesmo (MANTOAN, 1989, p. 36).

O segundo aspecto que não apareceu foi a utilização da narrativa. Narrar é concatenar fatos logicamente com alguns elementos que dão sentido ao texto: narrador, personagens, espaço e tempo. Sabe-se através do campo neurológico que “a conexão cerebral da criança com SD é mais fraca, ela tem mais dificuldade em sintetizar pela linguagem uma narrativa, por isso é importante a repetição” (PIMENTEL, 2012, p. 42).

Por fim, o terceiro e último aspecto omitido pelos questionários dos professores foi justamente o compartilhamento de experiências e interação social, através da formação de duplas ou grupos de trabalho entre os alunos da mesma classe. É por meio do contato social que se aprende, e para as crianças com Síndrome de Down isso é essencial.

Em relação à participação dos pais na vida escolar dos alunos com Síndrome de Down, todos os professores responderam que os pais destes alunos participam ativamente

das atividades escolares dos filhos. Aparentemente os pais de crianças que se encaixam em políticas de inclusão, especialmente em casos de Síndrome de Down, se mostram muito interessados nas relações de seus filhos com a escola, ponto no qual o gestor deve estar focado para garantir um bom intercâmbio familiar e escolar e proporcionar uma gestão democrática que integre comunidade e escola.

Os professores responderam quais recursos de infraestrutura oferecida pelas escolas para os alunos com SD:

Professor 1: Não oferece até o momento absolutamente nada.

Professor 2: Até essa etapa da educação não existe tutoria, mas sim uma turma com número menor de alunos.

A questão sobre a oferta de recurso e material disponibilizado pela escola obteve-se as seguintes respostas:

Professor 1: Não. Enquanto professora, por conta própria procurei ajuda profissional.

Professor 2: Sim, Existe uma estrutura de apoio para o trabalho de inclusão.

Professor 4: Na medida do possível a escola como um todo procura sempre fazer o melhor e oferecer as condições necessárias para trabalhar com todos os alunos, seja inclusão ou não.

Professor 5: Como na maioria das escolas públicas que conheço, os recursos existem, porém são limitados, devido a carência de profissionais capacitados para essa especificidade, bem como outros investimentos.

A escola, representada na figura do gestor, tem como importante papel garantir os meios para que a aprendizagem desses alunos aconteça com o maior número de estratégias possível (LÜCK, 2009), que podem auxiliar muito a educação dos alunos com Síndrome de Down.

O gestor de escola inclusiva é figura central para assegurar a unidade do ambiente escolar e zelar para que todos os aspectos sejam contemplados, é a partir do auxílio do gestor que os outros profissionais da escola podem se sentir apoiados e estimulados em aperfeiçoar sua prática:

A atitude e a mobilização dos professores diante da possibilidade de inclusão e educação a criança com deficiência é influenciada pelos conhecimentos que têm sobre o assunto, assim como pela infra-estrutura física e humana que os apoiam nessa tarefa (DE VITTA; SILVA; MORAES, 2004, p. 56).

A gestão escolar envolve a formação não só educacional do aluno, mas também cidadã, ao passo que a História é matéria fundamental para que o ser humano se reconheça como pertencente a uma comunidade:

Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado, é portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana (HOBSBAWN, 1998, p. 22).

Por fim, cabe também à gestão escolar zelar para que os alunos da escola inclusiva tenham recursos de compreender melhor seu passado e relacioná-lo ao seu presente, promover a interação social entre eles, orientar os professores com estratégias de ensino, estimular o senso crítico dos alunos e proporcionar que os mesmos tenham experiências extra escolares relativas ao conhecimento histórico.

CONCLUSÃO

A inserção dos alunos com Síndrome de Down nas escolas de ensino regular deve ser desenvolvida para além da vida escolar, deve-se capacitar indivíduos aptos a criticar, argumentar e decidir por seus próprios motivos e opiniões. A inclusão se torna ineficiente quando não trabalhada em todos os âmbitos necessários para uma real participação dos indivíduos na sociedade, seu papel social é extremamente importante para que os alunos interajam, por isso a gestão de uma escola inclusiva deve se preocupar com a questão da interação social dos alunos, pois é socialmente que se aprende, portanto a escola também deve estar preparada para oferecer experiências ao aluno, que façam com que ele tenha um arcabouço conceitual maior para coligar conhecimentos.

Uma educação que não forma indivíduos para a vida fora da escola torna-se defasada não os preparando para o mercado de trabalho e nem para as relações sociais, tornando-os excluídos novamente, por isso é necessário dar mais voz ativa e realmente compreender e exercitar o potencial máximo desses alunos de inclusão, para que dessa forma eles tenham a autonomia de se incluir na sociedade propriamente dita.

Acreditamos que tanto os gestores quanto todos os profissionais que estejam ligados a esses alunos devem tornar suas vidas escolares práticas, ativas e desafiadoras, além de propiciar uma melhora no âmbito educacional, tanto na forma pedagógica quanto física das escolas.

REFERÊNCIAS

- BISSOTTO, Maria Luísa. Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de Síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais. **Ciências & Cognição**, v. 4, p. 80-88, 2005.
- DE VITTA, Fabiana Cristina Frigieri, SILVA, Karen Prado Lyra e MORAES, Márcia Cristina Almendros Fernandes. Conceito sobre a Educação da criança deficiente, de acordo com professores de Educação Infantil da cidade de Bauru. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 10, n. 1, p. 43-58, jan./abr. 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir** - história da violência nas prisões. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HOBSBAWN, Eric J. **Sobre história**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LÜCK, Heloisa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.
- MACEDO, Lino. **Fundamentos para uma educação inclusiva**. 2007. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/art_fundamentos_para_educacao_inclusiva.asp>. Acesso em 26 maio 13.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Compreendendo a deficiência mental** – novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione. 1989.
- OLIVEIRA, Marinalva Silva, SILVA, Maria do Carmo Lobato. Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down: uma análise a luz da teoria sócio-histórica. **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, n. 3, p. 93-108, dez. 2010
- PAN, Mariza. Quando avaliamos para fazer ou por uma prática que faça a diferença. In: BOZZA, Sandra. **Avaliação e aprendizagem: Entre o pensar e o fazer**. São Paulo: Melo, 2011.
- PIMENTEL, Susana Couto. **Conviver com a Síndrome de Down em escola inclusiva: mediação pedagógica e formação de conceitos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- RÜSEN, Jörn. Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora, BARCA, Isabel e MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **JörnRüsen e o ensino de história**. Curitiba: UFPR, 2010.
- SCHNEIDER, Stéphanie. **Blog pense alteridade**. 2013. Disponível em: <<http://pensealteridade.blogspot.com.br/2011/11/aceitacao-de-uma-crianca-com-sindrome.html>>. Acesso em 28 maio 13.
- VOIVODIC, M, A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

